

A CRISE DA COVID-19 NO BRASIL E SEUS REFLEXOS



Capa: Marcos Vianna e Darel/CEUB

Organizadores:
Gleisse Ribeiro Alves
Gabriel Blouin Genest
Eric Champagne
Nathalie Burlone



UNIVERSITÉ DE
SHERBROOKE

CEUB

A ODISSEIA DA SOCIOECONOMIA BRASILEIRA: UMA HISTÓRIA CONTADA A PARTIR DA DÉCADA 60 E DESEMBOLCADA NA PANDEMIA DO COVID-19

Marco Vinicius Quevedo¹
Tiago Rezende Alves²

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende analisar o histórico da econômico brasileiro a partir da década de 60 e a ampliação de suas fragilidades devido ao alastramento da Pandemia do Covid-19.

Os estudos serão divididos em três áreas macro. A primeira delas apresentará uma explicação, análise e descrição dos principais planos políticos econômicos brasileiros e suas ferramentas de cunho macroeconômico, seja de âmbito monetário, fiscal ou cambial, como prerrogativa para contextualizar a tentativa de planejamento de contenção da grande crise econômica e sanitária da atualidade no Brasil.

Em um segundo nível, serão abordados as ações e reflexos visíveis na socioeconomia do país até os dias de hoje, a partir da crise mundial de 2008.

Por fim, serão abordados os impactos da Pandemia no social e no econômico, assim como uma análise e descrição das ações de enfrentamento realizadas pelo governo, concluindo com a afirmação da instabilidade e insustentabilidade socioeconômica brasileira arrastada pelas últimas décadas, geradas pela falta de

¹ Pós-graduando em Engenharia Econômica Financeira (Universidade Federal Fluminense). Bacharel em Relações Internacionais (Centro Universitário de Brasília).

² Mestrando em Comércio Internacional e Inovação, (Universidad Santa Isabel I e Escuela de Negocios de Barcelona). Graduado em relações Internacionais (UNICEUB). Fundador da Rural Commerce. Elaborador de Projetos de Cooperação Técnica Internacional (RZD Cooperation).

gestão no desenvolvimento de Políticas de Estado de longo prazo que respondam à complexidade do sistema político, econômico, social, jurídico e territorial brasileiro.

2 AS POLÍTICAS MACROECONÔMICAS DE 1960 A 1980

A década de 1960, foi um período conturbado tanto no âmbito político quanto no econômico. Essa época foi caracterizada pela instauração do golpe militar em 1964, e pelos contornos tomados na crise econômica que assolou o país. Como medida foram formulados dois planos econômico para tentar eliminar a inflação e reestruturar o Brasil para o desenvolvimento e o crescimento industrial que muito foi aplicado no governo JK.

O Plano econômico de Celso Furtado foi criado a partir da ótica das consequências econômicas advindas da gestão de JK e da política conservadora do rápido governo de Jânio Quadros. Nos padrões da época, de 1960 à 1964, o Brasil passava por uma grave crise inflacionária e política, onde acentuou ainda mais o fracasso da conjuntura de objetivos do Plano Trienal.

João Goulart tomou posse como Presidente da República em 1962, após a renúncia de Jânio Quadros e aprovação do plebiscito definindo o restabelecimento do regime presidencialista. Logo em seguida foi apresentado por Celso Furtado, então Ministro Extraordinário para Assuntos do Desenvolvimento Econômico, uma resposta para a aceleração inflacionária e crescente deterioração econômica externa, o Plano Trienal. Este que viria a ser o primeiro plano econômico totalmente bem estruturado da história brasileira.

O Plano Trienal tinha o objetivo do combate à inflação, criar condições para que os ganhos advindos do desenvolvimento fossem distribuídos de maneira ampla entre a população destinando-se ao crescimento salarial a partir da produtividade, criar soluções visando o pagamento da dívida externa e várias metas para a produção industrial (PRESIDENCIA DA REPUBLICA, 1962). Em um contexto macro, a principal ambição do plano era em estabilizar a economia sem comprometer o crescimento econômico, viabilizando suporte para as bases sindicais.

Neste sentido, para conter todo o agravamento inflacionário as principais medidas propostas foram as de contenção de gasto e crédito. Todavia, devido ao alto

endividamento brasileiro no exterior, a falta de ajuda financeira externa para tentar realocar os seus credores internacionais, o aumento exponencial inflacionário de demanda que impactava no acirramento entre as forças sindicais e o governo, fizeram com que o Plano fracassasse e abrisse espaço para o golpe militar que estava por acontecer em 1964.

Com a tomada do poder, através de um golpe de estado, pelos militares, em 1964, logo foi instituído um novo plano econômico, com o intuito primordial de frear a grave crise inflacionária. Os militares assumiram o poder com um discurso desenvolvimentista, com foco no crescimento econômico. O marechal Castello Branco tomou posse como presidente e nomeou Octavio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos para os cargos de ministro da Fazenda e do Planejamento. Sob uma orientação ditatorial e conservadora, foi lançado o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) o qual tinha objetivos específicos para a retomada do desenvolvimento e estabilidade econômica do Brasil.

O Plano baseava-se sobre as causas da inflação apontando para três fatores: os déficits públicos, a expansão do crédito às empresas e os aumentos salariais por cima dos ganhos da produtividade (BASTIAN, 2012). Designando o problema inflacionário como uma inflação de demanda.

Diante disso o plano previa uma estratégia gradualista de combate à inflação, não praticando, num primeiro momento, tratamento de choque para solucionar o problema inflacionário. A estratégia era retomar o desenvolvimento sem afetar o estado de devedor de prestações públicas empresariais e não podendo ameaçar os investimentos econômicos (BASTIAN, 2012). Desta forma, o foco estava voltado para a prioridade na estabilidade de preços, o aumento de investimentos diretos, reformas bancárias e tributárias, acertar o déficit da balança de pagamentos e a diminuição dos desequilíbrios regionais (KERECKI, SANTOS, 2009).

A PAEG conseguiu estabilizar a economia brasileira e foi um plano que notoriamente angariou projeções positivas. O planejamento econômico que foi inserido no Programa forneceu forças para que conseguisse reduzir a inflação para a faixa de 20% ao ano. No mesmo sentido, conseguiu implementar reformas

institucionais e criou bases para o crescimento desenvolvimentista econômico que estava sendo efetivado (LACERDA et al., 2014).

As novas medidas ganharam grandes contornos de notoriedade e foram amplamente apoiadas no setor internacional, principalmente pelos EUA. Proporcionando em parte para a estabilização inflacionária nos próximos governos Costa e Silva e Médici.

O período de 1967 a 1973 é caracterizado pelo crescimento e desenvolvimento econômico do Brasil, chamado de “Milagre Econômico”. Esta nova perspectiva que o país se inseria demonstrava os ganhos das medidas tomadas pelo PAEG e a atuação dos novos Governos para o desenvolvimento econômico.

Diferente das gestões anteriores, o governo Costa e Silva acreditava que ao longo do curso dos anos a inflação brasileira da década de 60, tinha tomado um novo curso de natureza inflacionária, diferente da inflação de demanda na qual estava inserida. Sendo assim, Delfim Netto, ministro da economia à época, instituiu que para a retomada do crescimento seria necessário a implementação do desenvolvimento industrial econômico o mais breve possível, ou seja, o Estado deveria injetar medidas para o crescimento empresarial imediatamente. Logo foram inseridas medidas de alto valor expansionista (LACERDA et al., 2014).

Com a intromissão dessas medidas, entre os anos de 1968 a 1973, o Brasil alcançou saldos favoráveis de crescimento, as exportações triplicaram, as empresas privadas cresceram rapidamente aumentando o nível empregatício, tornando o Brasil em uma das nações mais promissoras da América Latina (MACARINI, 2006).

A este ponto o Governo brasileiro conseguiu contornar em parte a situação de crise, à custa de um investimento agressivo em crescimento e desenvolvimento pautado em empresas privadas. Entretanto, é importante frisar a falta de planejamento do governo brasileiro neste período para o âmbito social, sendo um crescimento voltado apenas para a elite econômica do Brasil.

O general Geisel assumiu a presidência em 1974, com a responsabilidade de renovar toda a linha de planejamento de crescimento até então implementada. O país sul americano apresentava sinais de esgotamento, de exaustão do modelo de

crescimento agressivo que vinha sendo implementado desde o governo JK. Como medida para contornar a situação foi executado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), com o intuito de equilibrar as contas e dar continuidade ao intenso desenvolvimento brasileiro. Todavia o esforço foi em vão, acabando por acelerar o processo inflacionário que já estava começando a assolar, novamente, o país.

O II PND, surgiu como uma resposta à crise internacional que se passava, sendo um programa com intuítos ambiciosos de substituição de importações, com base em grandes projetos na área de bens de produção. O intuito do plano era em conduzir a economia brasileira, em um curto período de tempo, ao nível das economias desenvolvidas (SILVA, 2017). O plano foi elaborado pelo então ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, sendo um projeto bem estruturado onde assumia os riscos de aumentar os déficits comerciais e a dívida externa, porém tinha o propósito de construir uma estrutura industrial avançada que permitiria superar a crise e o subdesenvolvimento.

Para lidar com as demandas econômicas domésticas e as crises internacionais, como a crise do Petróleo, o governo Geisel acreditava na capacidade do II PND como fonte para o contato empresarial. O intuito era em contar com o apoio empresarial. Dessa forma, através do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) o governo militar delimita uma série de incentivos fiscais para as empresas privadas, com o intuito de angariar apoio e principalmente diminuir a dependência externa brasileira. No mesmo segmento as empresas públicas ficaram a cargo de criarem diversos programas voltados para as áreas de infraestrutura e energia, tendo todos os empréstimos e financiamentos sendo subsidiados por grandes bancos privados internacionais (ARIENTI, 2008).

Neste sentido, o fato de não poderem recorrer aos bancos brasileiros, deliberou de maneira agressiva para o aumento da dívida externa. Em 1974, a participação do setor público no total da dívida era de 50%, já em 1980, atingiu cerca de 69%, ou seja, a dívida exterior tornava-se de total responsabilidade do governo (SILVA, 2017). O que conflagra em uma grande guinada para a volta da

inflação de forma mais atenuante e ainda tendo que contornar toda a situação de crise que estava sendo gerada pelas crises do Petróleo.

Sendo assim, mesmo com o crescimento do PIB o plano não consegue dar margem para o crescimento com taxas parecidas as colocadas pelo milagre econômico. A instabilidade macroeconômica internacional, a partir da inflação que persistia posteriormente tornou-se frequente, muito devido ao endividamento das empresas estatais, sendo o principal percalço para que o plano se tornasse apenas um induto com medidas paliativas para que o Brasil conseguisse atravessar os dois choques do petróleo de maneira plena.

Dessa forma, é visível a tentativa governamental de criar uma conjuntura econômica de comunicação entre os governos sucessores. Todavia, o método na qual foi implantado fez com que a economia brasileira ficasse suscetível as demandas internacionais o que de certo modo impulsionou para que o II PND não se desenvolvesse, inflando a economia brasileira a uma dívida externa gigantesca e a deterioração da inflação. É com este contexto que a década de 80 se inicia. Sendo um período marcado como a década perdida para a histórica econômica brasileira, muito devido as políticas macroeconômicas que estavam sendo implantadas no II PND.

A década de 1980 foi um período na qual sofreu o reflexo das políticas desenvolvimentistas econômicas implantadas nas gestões anteriores, onde foi marcada pela grande inflação, endividamento externo e desequilíbrios na balança comercial. Para tentar contornar a situação, autoridades passaram a implementar políticas econômicas com instruções ortodoxas com o intuito de controlar as despesas públicas e os gastos das empresas estatais, aumentar a arrecadação do imposto de renda e do imposto sobre Operações Financeiras nas operações de câmbio para importação e uma contração da violação do crédito, com a única exceção para o setor da agricultura.

Em 1980, acontece o crescimento da dívida externa brasileira onde muito impulsionada pelas gestões anteriores, piora principalmente por conta da alta dos juros comerciais internacionais realocadas pelo governo norte americano. Outro agravante foi à alta constante da inflação, introduzindo um novo pacote de medidas

econômicas em 1980, tendo Delfim Netto como o precursor. Foram colocadas medidas de austeridade ao setor público e privado, novas medidas de restrição monetária e de crédito, aumento dos juros, corte dos gastos públicos, alteração na lei salarial e grande incentivo às exportações. Os novos projetos de investimento foram todos revistos e adequados de acordo com as condições de crédito disponível (SILVA, 2017). O intuito do Governo brasileiro com as novas medidas de cunho heterodoxo estava em derrubar a inflação que crescia em larga escala e conseguir conduzir a balança de pagamento (KASZNAR, 2006).

Com o investimento em medidas para influenciar o crescimento das exportações, como as inferências realizadas na taxa de câmbio, o governo consegue provocar certo aumento da balança comercial, o que se observa um aumento passando de um déficit, em 1980, para superávits de US\$ 6,5 bilhões, em 1983, e um recorde de US\$ 13 bilhões, em 1984. A causa do crescimento nas exportações deveu-se à própria recessão, onde pode ser visto uma queda nas importações e estímulo para o aumento das exportações.

Todavia, o índice de inflação aumentou de maneira agressiva, sendo um reflexo da mudança dos preços relativos combinado ao sistema de indexação da economia. O Brasil não conseguia angaria um meio termo de estabilização, ao passo que conseguia crescer em suas exportações devido a incentivos governamentais as indústrias, no âmbito interno o país ainda passava por sérias dificuldades. Para tentar contornar esta situação, foi proposto o Plano de Estabilização, pelo então ministro Dilson Funaro. O Plano previa uma nova correção monetária igual a inflação correspondente ao mês anterior, a redução da taxa de juros em 30% pagas aos títulos públicos, renegociação dos compromissos da dívida externa, buscando o afastamento do FMI e explorar soluções para a resolução do problema do desequilíbrio financeiro sem precisar necessariamente realizar o corte dos gastos públicos. Entretanto, no final de 1985 para 1986, a inflação alcança a incrível margem de 230%, levando o governo a incluir uma série de medidas heterodoxas através do congelamento total e generalizado de preços, acompanhados por políticas monetária e fiscal passivas (SILVA, 2017).

Com a realização do primeiro congelamento de preços, as empresas passaram a antecipar os novos congelamentos, pois o intuito era em se prevenir diante da possibilidade de estar com os preços defasados. Nesse sentido, a inflação tornou-se paliativamente contínua e iniciou-se a financeirização dos preços através das taxas de juros que eram utilizadas como critério para o reajuste dos preços, porém este critério estimulava a remuneração das moedas que eram indexadas, transformando-se em ativos financeiros. A partir deste cenário, o Plano Cruzado não consegue se manter, sendo impossibilitado de gerar superávits comerciais sem conter o âmbito interno da economia (NOZAKI, 2010).

No ano seguinte, em 1987, é lançado o Plano Bresser, seguindo praticamente as mesmas prerrogativas de congelamento de preços, o que foi o motor para o fracasso do Plano Cruzado. O que obviamente, elevou ainda a inflação no Brasil, deturpou o câmbio através das tentativas de desvalorização e ocasionou instabilidade crescente na taxa de juros (SILVA, 2017).

Com isso, num contexto geral, os anos 80, representou uma quebra de expansão econômica, vivida na década de 1970. Este período deu margem para uma estrutura produtiva que pouco evoluiu, com o seu crescimento estagnado e pouco investimento tecnológico para o aperfeiçoamento da malha industrial brasileira.

Dessa forma, é perceptível a falta de gestão brasileira no escancaramento da criação de Planos econômicos com o pensamento a longo prazo, o que continua se alastrando até a atualidade.

3 PANDEMIA DO COVID-19: O ESTOPIM DA HISTÓRICA CRISE POLÍTICO-ECONÔMICA BRASILEIRA EVIDENCIADA A PARTIR CRISE GLOBAL DE 2008

Em suma, no que diz respeito aos fatos apresentados, a economia política brasileira havia patinado entre as décadas de 60 e 80. Entre movimentos antidemocráticos, alternância de governança e ausência de políticas públicas de longo prazo, fortalecendo a debilidade da economia brasileira.

Por outro lado, na década de 90, em uma tentativa de restaurar a economia foi lançado o plano real, movimento inicial que contribuiu para movimentos ocorridos posteriormente.

O Governo do Ex-Presidente Lula propôs, conforme descrito por Calixtre, Biancarelli e Cintra, era um modelo de desenvolvimento inclusivo, baseado em quatro pilares. Primeiro, o crescimento econômico impulsionado pelo aumento do emprego, do salário mínimo real e pela redistribuição da renda salarial. Segundo, o avanço na consolidação de um Estado de bem-estar social estabelecido, por meio da implementação de políticas públicas universais e direcionadas aos grupos sociais mais pobres (transferência de renda) (estimativas indicam que as “transferências públicas de assistência e previdência social” agregadas atingiram mais de 15% do produto interno bruto (PIB), com impactos relevantes no consumo das famílias). Terceiro, a expansão do ciclo de crédito com queda da taxa de juros e aumento real nos salários. Quarto, um conjunto de investimentos públicos, direta e indiretamente (através de bancos públicos). (CALIXTRE, BIANCARELLI e CINTRA, 2014)

Nesse sentido, a autora Laura de Carvalho menciona que entre 2003 e 2011, o Brasil alcançou um crescimento nunca visto e a diminuição da desigualdade interna. Entretanto, a autora afirma que esses movimentos só ocorreram pelo aumento dos preços das commodities exportadas e que passado esse período a socioeconomia brasileira voltou a despencar. (CARVALHO, 2018).

Os fatos mencionados anteriormente nos fazem perceber que a economia política brasileira está atrelada a uma instabilidade caótica, mascarada, por diversas vezes, por alterações das moedas nacionais, planos de governo, planos de aceleração do crescimento e do falso poder econômico social, que potencializam ainda mais as discrepâncias brasileiras.

Desde 2008, os sintomas da esquizofrenia socioeconômica brasileira têm chamado a atenção. Em um momento de recessão econômica, onde as principais economias do mundo repensaram suas políticas, estruturaram suas economias e criaram estratégias de recuperação e sustentabilidade a longo prazo, o Brasil decidiu realizar testes de laboratório para acelerar o seu crescimento socioeconômico.

Os resultados negativos dessas ações começaram a ganhar força em 2014. Dados do IPEA de 2018 mostraram que o crescimento do PIB brasileiro que antes andava na média positiva de 4%, começou a contabilizar taxas negativas de 3,85% (2015), 3,6% (2016) e 0,01% (2017).

Dados do IBGE de 2019 e 2020, mostraram o ensaio para o aquecimento da economia, atingindo um PIB de +1,8% em 2018 e +1,4% em 2019, que, ainda assim, demonstram uma equação negativa de 4,26%, se comparada com o retrocesso ocorrido nos anos anteriores.

Mesmo nos anos de maior investimento na aceleração socioeconômica, o país nunca foi capaz de deixar de estar na zona de países com mais desigualdade no mundo. Segundo o indicador GINI, entre 2008 e 2014, o melhor posicionamento brasileiro foi em 2014 com 52,1 na escala de desigualdade.

Nas últimas décadas as crises socioeconômicas brasileiras, conforme cita o autor Lauro Mattei, foram apenas financeiras, derivadas da própria gestão da estrutura econômica.

Entretanto, o Brasil e o Mundo mergulharam na nova década com um cenário completamente diferente.

Em 2020 o mundo foi surpreendido com o surgimento do coronavírus (COVID-19). Esta crise sanitária, de proporções mundiais e aterradoras, que gerou um caos nos sistemas socioeconômicos mundiais.

No caso brasileiro, esse cenário escancarou sua fragilidade, patenteou o alto índice de desigualdade, a pobreza, a miséria, a pouca capacidade de resiliência e o falso desenvolvimento e crescimento visto em algumas décadas.

A Jornalista econômica, Thais Carrança, salienta que a Pandemia agravou o que já se desenhava como a pior década de crescimento nos últimos séculos, sinalizando um encolhimento de 4,1% em 2020, aproximando aos efeitos de 4,4% do Plano Collor de 1990 e superando os 3,5% de 2015 e os 3,3% de 2016.

No ano anterior à pandemia, o Brasil atingiu a marca de 53,8 no coeficiente GINI, estado alarmante, que demonstra a recorrência negativa na desigualdade de distribuição de ingressos.

No que diz respeito ao índice de Desenvolvimento Humano, o Brasil, em 2019, ocupava a 84ª posição do ranking, atrás de países da região como México e Colômbia, com 0,765.

A situação já caótica, com a chegada da pandemia se torna insuportável e insustentável no país.

A partir desse fenômeno e como consequência o aumento do número de contágios, se instaurou um debate sobre as medidas sanitárias que deveriam ocorrer.

Entretanto, tratando-se de uma pandemia esse debate nunca se limita à esfera sanitária.

Isso, porque, inevitavelmente, todas as experiências mundiais anteriores, relacionadas com epidemias e pandemias provocadas por doenças virais, é de conhecimento que a ação mais estratégica é realizar o isolamento social, evitando o espalhamento do contágio e permitindo a investigação científica e a criação de medidas sanitárias de controle, prevenção e enfrentamento.

As ações de contingências afetam todas as áreas da sociedade, tendo sempre, como ponto de gargalo e atenção, as consequências socioeconômicas.

No início de março de 2020, período onde acentuou-se as preocupações com o vírus no Brasil, o Governo já diminuiu as expectativas relativas ao crescimento da economia e as incertezas socioeconômicas ganharam proporções inigualáveis no país.

Em 16/03/2020, o governo publicou pela primeira vez, no site do Ministério da Economia (ME) medidas que seriam adotadas relativas ao enfrentamento da crise econômica que se conflagrava devido a pandemia. Podendo-se destacar a injeção de R\$ 147,3 bilhões na economia para atender a idosos e para a manutenção de empregos; suspensão do pagamento do FGTS por três meses para empresas; suspensão por três meses da parcela da união no Simples Nacional; R\$ 5 bilhões de crédito para micro e pequenas empresas; contribuições do Sistema S com desconto de 50% por três meses

O mais preocupante das medidas supramencionadas é que elas não consideravam os mais de 12 milhões desempregados, os mais de 35 milhões de

trabalhadores informais e autônomos, e os mais de 92 milhões de trabalhadores formais, segundo dados do Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD/IBGE).

Após dias de caos e muita movimentação da sociedade civil para conseguir apoio para estes grupos e para a população mais vulnerável, o governo anunciou a liberação de um auxílio emergencial no valor de R \$200,00 por CPF, abarcado nos parâmetros definidos, como, por exemplo, ter mais de 18 anos, durante 3 meses. Segundo o próprio site do governo, essa medida iria beneficiar de 15 a 20 milhões de pessoas, correspondente a uma injeção de R\$ 5 bilhões na economia.

O valor mencionado, em níveis proporcionais, representa: $\frac{1}{3}$ do valor solicitado pela sociedade civil, 31% do preço da cesta básica e 18% do Salário mínimo.

Uma das ações mais polêmicas do governo foi a criação do chamado “Programa Antidesemprego”, que permitiria a negociação para redução de jornada de trabalho e salário em até 50%, não permitindo que o valor seja inferior a um salário mínimo e a proposição da Medida Provisória que permitiria a suspensão dos contratos de trabalho por quatro meses.

Claramente uma das ações menos práticas, objetivas e efetivas propostas pelo governo, reduzindo a renda das populações mais pobres e o dinheiro circulando na economia, mas, principalmente, desviando completamente das medidas eficientes comprovadas ao longo da história de aumento do investimento público.

Em 19/03/2020, o governo informou no site do ME um acréscimo de 22 bilhões de reais no plano de enfrentamento à pandemia, totalizando R\$ 169,6 bilhões, cerca de 2.32% do PIB de 2020, dos quais R\$ 98,4 bilhões seria para as populações mais vulneráveis, R\$ 59,4 bilhões para a manutenção dos empregos e R\$ 11,8 bilhões para o combate à pandemia. Também anunciou que 1 bilhão do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) seria destinado em formato de crédito para as micro, pequenas e médias empresas com faturamento bruto anual de até R\$ 10 milhões.

O autor Lauro Mattei comentou que até este período as medidas anunciadas eram genéricas, salientando que o ministro voltou a tratar do tema das reformas (administrativa e tributária), afirmando que a melhor resposta para conter a crise era aprovar as reformas no Congresso Nacional (CN) que, se isso fosse feito, a economia brasileira iria crescer 2,55% em 2020. Justificou-se afirmando que somente as reformas poderiam conter as turbulências que vêm de fora. (MATTEI, 2020)

Com relação aos municípios, em 23/03/2020, o governo anunciou um repasse de R\$ 88,2 bilhões para os setores da saúde, Recomposição FPE e FPM, Assistência Social, Suspensão de dívidas dos Estados com a União, Renegociação com bancos e Operações de crédito.

Dia 03/04/2020, o ME anunciou um empréstimo de R\$ 34 bilhões para que as empresas pudessem manter as folhas de pagamento.

Logo após, dia 29/04/2020, o ME criou doze forças-tarefas com o objetivo de monitorar o setor produtivo e propor medidas de apoio e enfrentamento aos impactos econômicos durante a pandemia.

Em maio de 2020 (13/05/2020), o Ministério da economia informou que os custos da paralisação da economia seriam de R\$ 20 bilhões por semana, projetando uma retração de 4,7% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2020. É importante ressaltar que essas projeções foram feitas considerando que as paralisações terminariam em 31/05/2020.

Após muitas críticas sobre a obsessão do ministro pelas reformas e dois dias após as projeções apresentadas, o Ministro da economia informou que as reformas estruturantes da economia foram interrompidas devido ao enfrentamento à pandemia. Também vale salientar, que nesse pronunciamento foi apresentado o vídeo e site “500 dias de Governo - Governo Jair Bolsonaro”, desenvolvidos com recursos públicos para promoção do governo em meio à maior crise sanitária e econômica das últimas décadas. Foi ressaltado no vídeo a compra exorbitante de 2,9 milhões de unidades de Cloroquina e Hidroxicloroquina, medicamentos sem comprovação científica para o tratamento da COVID-19.

Por outro lado (28/05/2020), foi sancionada a Lei Complementar nº 173/2020 com o objetivo de repassar para os estados, municípios e o Distrito Federal mais de R\$ 60 bilhões para dar suporte no enfrentamento à pandemia.

No início do mês de junho de 2020 o Ministério da Economia, juntamente com o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) lançaram o Programa de facilitação de acesso a crédito para pequenas e médias empresas (PMEs).

Em 30/06/2020 foi anunciado a prorrogação do auxílio emergencial por mais dois meses.

O Ministério da economia anunciou (02/07/2020) que até a data R\$ 521,3 bilhões já haviam sido investidos na economia para enfrentamento aos impactos da pandemia, sendo R\$ 508,5 bilhões injetados e R\$ 12,8 bilhões em redução de receitas.

No dia 13/07/2020, quatro meses depois do início da pandemia, os estados e municípios receberam a primeira parcela do auxílio de enfrentamento à pandemia e no dia 19/08/2020, cinco meses após o início da pandemia, o governo federal sancionou as Medidas provisórias (MP 944, que institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos, e da MP 975 que institui o Programa Emergencial de Acesso a Crédito) de facilitação do acesso ao crédito pelas micro, pequenas e médias empresas.

Como podemos ver, várias das medidas tomadas pelo governo foram de respostas lentas. É possível afirmar isso, pois o país foi um dos últimos a ser afetado com o espalhamento do vírus, tendo as possibilidades de haver desenvolvido respostas de mitigação. Nesse sentido, também podemos citar o fato de tomarem medidas contando com o fim da pandemia dois meses após a chegada no Brasil e uma retomada da economia entre três e cinco meses.

Em publicação de 2020, transcrevemos, o autor Lauro Matei (2020):

“O governo não tem um Plano de Ações organizado e articulado para amenizar os efeitos da pandemia nas atividades econômicas. O que se viu até o momento foram anúncios espalhafatosos e a conta gotas de montantes de recursos, porém sempre com poucos efeitos práticos, uma vez que os encaminhamentos para que de fato esses montantes

anunciados cheguem aos agentes econômicos (empresários e trabalhadores) normalmente continuam paralisados até o momento (MATTEI, 2020, pag 4)”

O Ministério da Economia informou no dia 23/12/2020 que, até a data de 18/12/2020, o impacto fiscal com a Pandemia já havia alcançado o patamar de R\$ 620,5 bilhões, sendo R\$ 374,2 bilhões (60,3%) destinados aos vulneráveis e à saúde, R\$ 140,8 bilhões (22,7%), para manutenção dos empregos e empresas e R\$ 105,5 bilhões (17%) aos entes nacionais.

Nesse sentido, informou em 31/12/2020 que o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE) concedeu crédito de mais de R\$ 37,5 bilhões a 517 mil empresas.

Apesar das medidas apresentadas com relação a facilitação e acesso a crédito para as pequenas empresas, a realidade era um pouco distinta. O processo e as condições eram complexos, logo, muitos empreendimentos levaram meses para acessá-lo e outras nunca o acessaram.

Em termos gerais, os pouco mais de 8% do PIB de 2020 injetados na economia foram míseros comparados com as necessidades provocadas pela pandemia do Covid-19. Esses fatos são corroborados com os dados apresentados anteriormente sobre os aumentos intensivos do número de desempregos, empresas fechadas, da desigualdade e da população na linha da pobreza e da insegurança alimentar.

4 CONCLUSÃO

É demasiadamente perceptível que as gestões econômicas brasileiras nunca conseguiram realizar um plano econômico para com o pensamento de longo prazo sobre o sistema estrutural da economia do Brasil. Desde a década de 1960, todas as medidas econômicas lançadas, foram criadas pra solução de problemas macroeconômicos imediatos para a gestão que estava no poder. A crise sanitária devido a propagação do vírus do Coronavírus é apenas mais um dos exemplos de crises que influenciam na criação de projetos econômicos para solução imediata, o que vem depois, pode ser resolvido pela próxima gestão. Já a questão social é um ponto na qual estava fora das premissas de urgências impostas sobre os planos

econômicos até então já lançados, sendo um fator que provavelmente seja o motivo para o fracasso de todas os projetos econômicos até então implementados.

No início da década de 60, é visível que o país não conseguia sustentar o seu rápido crescimento imposto pelo Governo anterior. O Plano Trienal veio como uma excelente ferramenta para solucionar os problemas econômicos advindos do Governo JK, sendo o primeiro Plano econômico brasileiro altamente estruturado e com medidas que iriam provocar alcances a longo prazo. No entanto, o golpe militar interrompe o desenvolvimento do Plano, tendo em seguida a implementação do PAEG, que, praticamente, tinha as mesmas medidas colocadas pelo Plano Trienal. Neste sentido é visto que neste período o Governo brasileiro tentou realizar a intromissão de políticas vindouras da gestão anterior, sendo o que de fato foi feito até 1975. Contudo, podemos observar que o Brasil apresentou grande crescimento econômico no período entre a década de 1960 a 1970, devido à uma gestão econômica na qual demonstrou certo diálogo entre os governos sucessores para que as medidas até então impostas continuassem no rumo certo para o desenvolvimento do país. Todavia, é a partir do meio da década de 1970, que observamos que a gestão não consegue atualizar as suas medidas para enfrentar a grave crise internacional que passava, o que os impõem criar um Plano econômico com o proposito de solucionar os problemas vindouros naquele instante e, novamente, não pensando em soluções estruturais de impacto a longo prazo. Posteriormente, foi apenas na gestão do Governo Lula, que o Brasil conseguiu realizar projetos com o intuito obter impactos a logo prazo.

Na realidade mais recente, a condução da crise sanitária brasileira provocada pelo coronavírus é mais um exemplo de caso brasileiro de criar políticas econômicas sobre ótica emergencialmente na tentativa de encontrar soluções com impactos de curto prazo, deixando aquém medidas que teriam relevância e predominância maior a longo prazo, com soluções imediatas. No mesmo passo as políticas econômicas até então criadas no início da instalação da crise, foram medidas que excluíram a classe mais pobre o que retoma as medidas criadas na gestão dos militares na qual não demonstraram a necessidade de uma visão para o âmbito social, tendo como maior foco o desenvolvimento de um capitalismo ferrenho, não dando qualquer margem

para uma maioria marginalizada, o que foi demonstrado amplamente nos ganhos do milagre econômico.

A partir disso, pelo período de grave crise econômica e as suas consequências, como a pressão inflacionária, baixo poder aquisitivo e pouco crescimento econômico dão margens para à tomada de grandes medidas públicas econômicas, porém essas medidas teriam que ser tomadas com a percepção da demanda populacional. A criação de novas tributações, arrocho salarial e o fornecimento de capital para indústrias, com o intuito de frear a inflação, foram medidas tomadas para uma classe específica. A percepção do governo em não implantar essas novas medidas de maneira como “medidas de choque” tinha o claro intuito em não desestabilizar ainda mais a economia brasileira, porém, para as várias famílias brasileiras as novas medidas econômicas tiveram um grande choque em suas vidas. A construção de infraestruturas públicas, apenas demonstram maiores pavimentos para a indústria, principalmente privada, onde se teria o básico para o mantimento do desenvolvimento industrial. Observa-se, também, que governo Costa e Silva, apenas ampliou o estímulo ao desenvolvimento agro exportador não abrindo nenhuma porta para o desenvolvimento social, o que é rapidamente demonstrado com a colheita dos frutos das novas medidas econômicas, no governo Médici com o “Milagre econômico”, o qual foi um grande milagre para uma minoria, tendo grande concentração de capital, e uma grande desvantagem para uma maioria, não obtendo investimentos sociais. O Governo Bolsonaro, cria políticas econômicas com o mesmo viés implementado durante a gestão militar. É perceptível a inerência de criação de políticas públicas voltada para a grande maioria populacional que pertence a classe mais pobre do Brasil.

Dessa forma, conclui-se que as gestões governamentais brasileira procuram criar Planos econômicos para gerir problemas macroeconômicos de imediato, deixando de lado a visão de criar uma estrutura para sólida que provocará impactos coesas a longo prazo.

REFERÊNCIAS

ARIANTI, Wagner Leal. Autoritarismo, Desenvolvimentismo e Relação Estado-Empresariado: tensão na implementação do II PND, 1974-85. Universidade Federal de Santa Catarina, Espírito Santo, 2008.

BASTIAN, Eduardo. O PAEG e o Plano Trienal: Uma Análise Comparativa de suas Políticas de Estabilização de Curto Prazo. Est. Economia, São Paulo, vol. 43, n.1, p.139-166, 2012.

LACERDA, Antônio. BOCCHI, João. REGO, José. BORGES, Maria. MARQUES, Rosa. Economia Brasileira. São Paulo: Saraiva, 2014.

MACARINI, José. A política econômica do governo Médici: 1970-1973. R. Nova Economia, Belo Horizonte, p 53-92, 2005.

MACARINI, José. A política econômica do governo Costa e Silva 1967-1969. R. Economia contemporânea, Rio de Janeiro, v 10, n 3, p 453-489, 2006.

NOZAKI, Willian Vella. Crise Monetária e ciclo inflacionário no Brasil: as décadas de 1980 e 1990. Leituras de Economia Políticas. Campinas, 2010.

SILVA, Alessandra Kely. Brasil e o legado da década de 1980: crise e orientação da política Econômica. XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas. Rio de Janeiro, 2017.

SPI (Biblioteca Digital do Desenvolvimento) (1962) Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social : 1963-1965 : síntese

CALIXTRE, André; BIANCARELLI, André; CINTRA, Marcos Antoni. Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro. Ipea, 2014. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=23279>. Acesso em: 07/08/2020.

CARVALHO, Laura. Valsa brasileira: do boom ao caos econômico. Todavia, São Paulo, p.38 e 39, 2018.

CARRANÇA, Thais. PIB: Pandemia agrava o que já seria a pior década de crescimento no Brasil em mais de um século. BBC, 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56257245>>. Acesso em: 07/08/2020.